

O Estado de S. Paulo – 16/11/2012

Empresa perderá R\$ 20 bi em 5 anos com tarifa reduzida

Valor é a diferença entre a receita da Eletrobrás nas condições anteriores e quanto vai receber após renovação de concessões

Empresa perderá R\$ 20 bi em 5 anos com tarifa reduzida

Valor é a diferença entre a receita da Eletrobrás nas condições anteriores e quanto vai receber após renovação de concessões

RIO

A Eletrobrás vai perder R\$ 20 bilhões, de 2013 a 2017, exclusivamente com a redução da tarifa de energia relativa às concessões renovadas antecipadamente, segundo cálculo do Instituto Acende Brasil. Esta é a diferença

entre o quanto a empresa teria de receita com a continuidade do contrato até 2017 nas condições anteriores e o quanto passará a receber pelo megawatt-hora a partir de 2013, caso opte pela renovação.

Para o presidente do instituto, Cláudio Salles, ao acatar as novas regras, os integrantes do conselho de administração da empresa estarão sendo pessoalmente prejudicados. "Por ser uma sociedade anônima, a empresa não pode tomar qualquer decisão contrária a seus próprios interesses econômicos", alertou.

Esta semana, o ex-presidente da Eletrobrás José Luiz Alquéres deixou o conselho da estatal, alegando conflito de interesses com o de outras empresas das quais também participa do conselho. "O momento é mais uma

● Demissão

Ex-presidente José Luiz Alquéres deixou o conselho da estatal sob alegação de conflito de interesses e na carta de demissão disse que "o governo destrói brutalmente o valor da Eletrobrás".

reforma institucional que o setor está entrando com a vigência da recentíssima MP 579 ampliou sobremaneira a possibilidade de conflito entre a minha atuação como conselheiro da Eletrobrás e minhas demais atividades", argumentou Alquéres na carta de demissão, na qual afirma também que "o governo destrói brutalmente o valor da Eletrobrás".

Leilões ameaçados. O professor Nivalde José de Castro, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, é categórico ao afirmar que os próximos leilões

de empreendimentos no setor elétrico estão ameaçados, caso o governo não altere a medida provisória. "Os leilões correm o risco de terem deságios menores, com a presença de menos concorrentes, ou eventualmente um grande projeto não ter interessados por ter um risco grande", previu.

Mas ele aposta que o governo vai acabar modificando a polêmica MP 579. "A proposta geraria uma perda econômica e financeira muito grande entre as empresas envolvidas", afirmou Castro, ao lembrar que o texto ainda pre-

cisa de aval do Congresso Nacional para sair do papel.

Já Fernando Camargo, diretor da LCA e da Excelência Energética, consultorias recentemente unidas, acredita que as novas condições de mercado podem até mesmo ajudar a Eletrobrás a adotar uma gestão mais transparente e, com isso, aproximar-se do perfil da Petrobrás.

"Não é muito razoável que o Tesouro faça grandes aportes na Eletrobrás. Um dos planos possíveis é transformá-la em uma empresa ainda mais de mercado, com uma gestão privada mais forte. É possível pensar na venda de parte do controle, o que aumentaria a sua capacidade de investimento", propôs. / F.N. e M.C.

A Eletrobrás vai perder R\$ 20 bilhões, de 2013 a 2017, exclusivamente com a redução da tarifa de energia relativa às concessões renovadas antecipadamente, segundo cálculo do Instituto Acende Brasil. Esta é a diferença entre o quanto a empresa teria de receita com a continuidade do contrato até 2017 nas condições anteriores e o quanto passará a receber pelo megawatt-hora a partir de 2013, caso opte pela renovação.

Para o presidente do instituto, Claudio Sales, ao acatar as novas regras, os integrantes do conselho de administração da empresa estarão sendo pessoalmente prejudicados. "Por ser uma sociedade anônima, a empresa não pode tomar qualquer decisão contrária a seus próprios interesses econômicos", alertou.

Esta semana, o ex-presidente da Eletrobrás José Luiz Alquéres deixou o conselho da estatal, alegando conflito de interesses com o de outras empresas das quais também participa do conselho. "O momento é mais uma reforma institucional que o setor está entrando com a vigência da recentíssima MP 579 ampliou sobremaneira a possibilidade de conflito entre a minha atuação como conselheiro da Eletrobrás e minhas demais atividades", argumentou Alquéres na carta de demissão, na qual afirma também que "o governo destrói brutalmente o valor da Eletrobrás".

Leilões ameaçados. O professor Nivalde José de Castro, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, é categórico ao afirmar que os próximos leilões de empreendimentos no setor elétrico estão ameaçados, caso o governo não altere a medida provisória. "Os leilões correm o risco de terem deságios menores, com a presença de menos concorrentes, ou eventualmente um grande projeto não ter interessados por ter um risco grande", previu.

Mas ele aposta que o governo vai acabar modificando a polêmica MP 579. "A proposta geraria uma perda econômica e financeira muito grande entre as empresas envolvidas", afirmou Castro, ao lembrar que o texto ainda precisa de aval do Congresso Nacional para sair do papel.

Já Fernando Camargo, diretor da LCA e da Excelência Energética, consultorias recentemente unidas, acredita que as novas condições de mercado podem até mesmo ajudar a Eletrobrás a adotar uma gestão mais transparente e, com isso, aproximar-se do perfil da Petrobrás.

"Não é muito razoável que o Tesouro faça grandes aportes na Eletrobrás. Um dos planos possíveis é transformá-la em uma empresa ainda mais de mercado, com uma gestão privada mais forte. É possível pensar na venda de parte do controle, o que aumentaria a sua capacidade de investimento", propôs. / F.N. e M.C.